



»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) **Gerenciamento de risco:** As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da Companhia. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. Não houve alterações quanto às políticas ou processos em 31 de dezembro de 2025 em relação a 31 de dezembro de 2024. A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: *Risco de crédito:* Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. *Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. *Risco de taxa de juros:* Com finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos da Companhia foram definidos três cenários diferentes. A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas projetadas pelo Banco Central para o ano seguinte, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50% respectivamente.

		Aumento de taxa	Redução de taxa
		Cenário	Cenário
		25%	50%
	Saldo em 31/12/2025	Provável	Remoto
TULP.....		11,34%	13,61%
Finep.....	130.629	2,52%	(5.931)
SOFR 3m.....		4,48%	5,37%
ACC.....	77.677	(699)	(1.390)
CDI.....		18,63%	22,35%
GIRO.....	188.060	(7.015)	(14.010)
NCE.....	736.136	(27.458)	(54.842)
Finame.....	61.251	(2.285)	(4.563)
PPE (Swap).....	99.040	(3.694)	(7.378)
Aplicações.....	(438.868)	16.370	32.696
IPCA.....		6,46%	7,76%
GIRO.....	20.197	(261)	(523)

Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2025 com perda de 11,14%. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Abaixo está demonstrada a exposição cambial da Companhia para operações em moedas estrangeiras:

	2025	2024
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos.....	44.943	67.193
B. Passivos líquidos em dólares norte-americanos.....	(20.895)	(27.947)
C. Superávit apurado (A+B).....	24.048	39.246

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$ (obtidas junto ao Banco Central), mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (e do patrimônio líquido da Companhia). Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

	Aumento de taxa	Redução de taxa
	Cenário	Cenário
	25%	50%
	Provável	Possível
Taxa.....	25%	50%
Dólar.....	5,50	6,88
Superávit apurado.....	132.264	165.450
Efeito do lucro antes da tributação ...	33.186	66.132

Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2025 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos.....	293.889	951.052	68.049	1.312.990
Fornecedores.....	169.066	-	-	169.066
	462.955	951.052	68.049	1.482.056

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia avalia constantemente a contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar riscos inerentes à sua operação. Em 2025 e 2024, a Companhia contratou operações de *swap*, visando a proteção da variação cambial de empréstimos contratado em moeda estrangeira. Abaixo estão apresentados os ganhos e perdas alocados no resultado financeiro, por seu valor justo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Instrumento	Notional	Vencimento	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Swap cambial	99.725	18/06/2029	(573)	9.756	(573)	9.756
Swap cambial	24.407	15/08/2028	81	2.564	81	2.564
Swap cambial	20.000	17/09/2029	(611)	(1.790)	(611)	(1.790)
Swap cambial	109.000	29/09/2028	(3.585)	7.293	(3.585)	7.293
Swap cambial	29.608	17/07/2028	(1.089)	-	(1.089)	-
Swap cambial	27.215	16/09/2030	(453)	-	(453)	-
Swap cambial	65.550	15/10/2029	(1.081)	-	(1.081)	-

Ativo Passivo

c) *Gestão de capital:* Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. A relação endividamento líquido sobre o patrimônio líquido consolidado da Companhia é apresentada a seguir:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos.....	1.312.990	1.463.898
(-) Caixa e equivalentes de caixa.....	(427.524)	(521.165)
(-) Aplicações financeiras.....	(11.344)	(14.748)
(-) Instrumentos financeiros derivativos.....	7.311	(17.823)
Dívida líquida (A).....	881.433	910.162
Total do patrimônio líquido (B).....	990.662	915.149
Relação endividamento líquido sobre patrimônio líquido (A/B).....	0.89	0.99

27. Subvenções governamentais: A controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. goza dos incentivos fiscais descritos abaixo. As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislações aplicáveis a cada benefício. Os valores de incentivo são registrados no resultado da controlada e são posteriormente destinados à formação da reserva de lucros a conta de "Incentivos fiscais", no patrimônio líquido da controlada, exceto para aqueles em que há decisão judicial permitindo a não constituição. Os incentivos fiscais são excluídos da base de cálculo de dividendos da controlada conforme determinado pela legislação pertinente. Em 26 de abril de 2023, o Superior Tribunal de Justiça julgou o tema 1.182 e deferiu a exclusão dos benefícios fiscais da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, desde que estes tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, além de atendidos os requisitos previstos art. 30 da Lei nº 12.973/2014, da necessidade de constituição de reserva de incentivo. Adicionalmente o STJ julgou o ERESP 1.517.492 e deferiu a exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Desenvolve: O governo do estado da Bahia, através da lei 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do estado da Bahia - DESENVOLVE, o qual concedeu o diferimento do lançamento e desconto do pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interstadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), devido pela Borrachas Vipal Nordeste S.A. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, não sendo mais necessária a constituição de reserva em patrimônio líquido ou a tributação de imposto sobre sua distribuição mediante a medida judicial do processo nº 1017128-66.2019.4.01.3304. O montante total relativo a este incentivo, registrado acumulado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 42.363 (R\$ 106.054 em face ao mesmo período em 2024).

A partir de maio de 2025, a controlada passa a não utilizar mais esse incentivo. PROIND: Em

maio de 2025 a controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. migrou do Programa Desenvolve para o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND, regulamentado pelo Decreto n. 18.802/2018 o qual, prevê (i) diferimento do lançamento e do pagamento do imposto nas situações que especifica; e, (ii) concessão de 80% de crédito presumido de ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor de cada período fiscal como redutor do imposto apurado, em relação às operações de saída de pneus de motocicletas, bandas de recapagem para pneus pré-moldados e compostos. A migração foi formalizada por meio da Resolução n. 069/2025, editada pelo Conselho Deliberativo do PROBAHIA, com prazo de vigência de 01/05/2025 até 30/11/2030. Aplica-se ao programa PROIND, o piso anual fixo de R\$ 29.886 corrigido pelo índice do IPCA e, caso a Companhia não atinja o valor do piso, terá que complementar o mesmo até 31 de janeiro do ano seguinte. A controlada, Borrachas Vipal Nordeste, não constituirá reserva de incentivo fiscal para o crédito presumido de ICMS PROIND, uma vez que, possui decisão liminar pela não incidência do IRPJ e CSLL. O Conselho Deliberativo do Desenvolve editou a Resolução n. 051/2025 para o efeito de revogar a Resolução n. 168/2018 que outorgava os benefícios do Desenvolve/BA. Desta forma, a controlada passa a utilizar os benefícios fiscais do PROIND e o montante total relativo a este incentivo, registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 92.342. Incentivo de reinvestimento: Conforme o Art. 27 da Portaria 283/2013 do Ministério de Integração Nacional, as pessoas jurídicas com empreendimentos em operações nas áreas da SUDENE possuem o benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2028. Os valores apurados a título de incentivo são registrados por competência no resultado ao longo exercício, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, não houve aproveitamento deste incentivo registrado no resultado do período (R\$ 2.246 em face ao mesmo período em 2024). Lucro da exploração: Com fundamento no art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art. 6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2024, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis a controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A., calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário 2018. Em janeiro de 2019, a empresa obteve a 1ª renovação do Lucro da Exploração pela resolução nº 277 da SUDENE. No ano de 2024, a Companhia obteve a nova renovação do direito da redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração, conforme Laudo Constitutivo nº 0039/2024, expedido pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. A renovação é válida até dezembro de 2033. Os valores apurados a título de incentivo são registrados por competência no resultado ao longo do exercício, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido da controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total relativo a este incentivo registrado no resultado do exercício foi de R\$ 54.916 (R\$ 43.319 em face ao mesmo período em 2024).

28. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.

Risco	Limites
	2025
Incêndio e riscos diversos.....	1.437.633
Lucros cessantes.....	237.375
Responsabilidade Civil Administradores.....	50.000
Responsabilidade Civil Geral.....	10.000

29. Itens que não afetam o caixa: As transações ocorridas no exercício que não afetaram os fluxos de caixa de Companhia estão demonstradas a seguir:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Variação cambial de conversão de controlada no exterior.....	49.661	43.635	-	-
Compensação de dividendos a receber.....	241.565	252.252	-	-
Compensação de débitos com partes relacionadas.....	-	79.575	-	-
Juros capitalizados no imobilizado e intangível.....	12.800	6.991	22.349	10.175
Remensuração de contratos de arrendamento.....	343	1.207	4.824	2.627
Aumento de participação acionária.....	-	86.915	-	-
Aumento do capital social.....	-	279.738	-	279.738
Captações de operações de "confirming".....	-	-	-	553
Imóvel recebido em dação de dívida.....	2.410	-	2.410	-
Capitalização em controlada mediante créditos detidos.....	39.505	-	-	-

30. Eventos subsequentes: Em 19 de novembro de 2025, a Companhia assinou dois contratos de financiamento no montante total de R\$ 199.676 milhões, com taxa de juros de 3,50% a 4,10% a.a. e prazo de pagamento de 5 anos. A disponibilização dos recursos ocorreu em parcela única na data de 23 de janeiro de 2026.

RENAN BATISTA PATRÍCIO LIMA
Diretor Presidente

RÉGIS DA SILVA DOS SANTOS
Diretor Financeiro

PEDRO HENRIQUE RODRIGUES ASSIS
Contador - CRC / RS-099735/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e administradores da
Borrachas Vipal S.A.

Nova Prata - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receitas de vendas: A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho para reconhecimento da receita de vendas, a qual envolve, entre outros requisitos, a análise do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da diretoria da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da diretoria. Esse julgamento profissional pode levar ao risco de reconhecimento inadequado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. A divulgação das receitas auferidas pela Companhia, incluindo os critérios de reconhecimento, está incluída nas notas explicativas 2.3 e 2.1. Em função desses aspectos, consideramos o reconhecimento de receita de vendas como um principal assunto de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu o assunto:* - Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de vendas da Companhia e controladas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contas a receber; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; e (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado. Adicionalmen-

te realizamos testes extensivos de auditoria sobre transações de vendas realizadas ao final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia adotada pela diretoria e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-015199/F

RAQUEL LAGUNA ZAMBELLI CERQUEIRA
Contadora CRC RS-069287/O

